

## NEOLIBERALISMO E AUSTERIDADE: O Modelo de Autoritarismo Econômico que Marca a Afirmação do Projeto Neoliberal Contemporâneo

**Marcelo Gonçalves**

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.  
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Humanos. Ijuí/RS, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-3247-0512>

**Doglas Cesar Lucas**

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.  
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Humanos. Ijuí/RS, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0003-3703-3052>

### RESUMO

O neoliberalismo, para além de uma doutrina econômica, mostrou um potencial inimaginável de remodelação da sociedade como um todo, nisso incluído o próprio sujeito. O regime neoliberal utiliza de várias ferramentas para impor sua lógica; dentre elas as medidas de austeridade, como se a única forma de alcançar o progresso econômico, que, na realidade, nunca chega, se desse por meio da redução de direitos sociais e diminuição do gasto público. Assim, esta pesquisa busca a resposta à pergunta: Em que medida o neoliberalismo utiliza do discurso fatalista do mito da austeridade para impor a sua lógica? O objetivo é demonstrar as bases do pensamento neoliberal e como se dá o funcionamento da austeridade no modelo econômico contemporâneo em busca de uma alternativa. O método de pesquisa utilizado é o hipotético-dedutivo, e o método de abordagem é o bibliográfico, a partir da análise de obras, periódicos e textos jornalísticos vinculados ao tema. A primeira seção do artigo será dedicada ao estudo das origens do neoliberalismo. Na segunda seção estudar-se-á a capacidade de o neoliberalismo moldar a política, a sociedade e o próprio sujeito, e como o neoliberalismo foi capaz de incluir o sofrimento no modo-de-ser contemporâneo. Por derradeiro, na terceira seção será analisada a austeridade e sua mitologia, e a forma como ela é utilizada como discurso justificador do aprofundamento da precarização neoliberal. Com efeito, a austeridade é mais uma arma do arsenal do neoliberalismo para a imposição de sua lógica autoritária, exploradora e precarizante, que dita o mundo contemporâneo.

**Palavras-chave:** austeridade; biopolítica; disciplina; neoliberalismo; precarização.

### NEOLIBERALISM AND AUSTERITY: THE MODEL OF ECONOMIC AUTHORITARIANISM THAT MARKS THE AFFIRMATION OF THE CONTEMPORARY NEOLIBERAL PROJECT

### ABSTRACT

Neoliberalism, in addition to being an economic doctrine, showed an unimaginable potential for remodeling society as a whole, including the subject himself. The neoliberal regime uses several tools to impose its logic, including austerity measures, as if the only way to achieve economic progress, which in reality never comes, is through the reduction of social rights and a reduction in public spending. Thus, the research seeks the answer to the question of to what extent does neoliberalism use the fatalistic discourse of the myth of austerity to impose its logic? The objective is to demonstrate the bases of neoliberal doctrine and how austerity works in the contemporary economic model, in search of an alternative. The research method used is hypothetical-deductive, and the approach method is bibliographic, based on the analysis of works, periodicals and journalistic texts, linked to the theme. The first section of the article will be dedicated to the study of the origins of neoliberalism. In the second section, the ability of neoliberalism to shape politics, society and the subject itself will be studied, and how neoliberalism was able to include suffering in the contemporary way of being. Finally, in the third section, austerity and its mythology will be analyzed, and the way in which it is used as a discourse justifying the deepening of neoliberal precariousness. In effect, austerity is yet another weapon in neoliberalism's arsenal to impose its authoritarian, exploitative and precarious logic, which dictates the contemporary world.

**Keywords:** austerity; biopolitics; discipline; neoliberalism; precariousness.

Submetido em: 13/5/2024

Aceito em: 14/10/2024

Publicado em: 17/2/2025

## 1 INTRODUÇÃO

O neoliberalismo conseguiu afirmar-se como modelo econômico hegemônico na contemporaneidade. Sua capacidade de moldar a economia, a política, a sociedade e o próprio sujeito, mostrou uma potência inimaginável de colocar todos os setores da vida a serviço do mercado.

Ao trazer a lógica do lucro para todos os meios sociais, o mercado foi capaz de impor suas regras a tudo e todos. O neoliberalismo, contudo, carece da força política necessária para disciplinar a população a partir das regras da razão do mercado. Assim, se estabelece uma relação obscura e paradoxal com o Estado: ao mesmo tempo em que o demoniza, se vê obrigado a controlar o público pelo poder soberano estatal e, dessa forma, moldar a população ao seu gosto.

O neoliberalismo utiliza de várias ferramentas de controle dos corpos e das massas, dentre elas as políticas de austeridade. Oferecidas à população como medidas inevitáveis, num cenário em que não haveria outra opção, as políticas de austeridade promovem: a redução do gasto público em setores essenciais (tais como saúde, educação e segurança) em privilégio do mercado, na forma de medidas de controle de inflação; a redução do acesso da população a linhas de crédito; por fim, a restrição de direitos trabalhistas, como forma de precarização do trabalho e diminuição dos custos de mão de obra, a fim de aumentar a competitividade do mercado nacional ante a economia global. Isso tudo mostra-se como um modelo de violência contemporânea contra as classes mais pobres, estimulando a manutenção da desigualdade social e a redução dos direitos sociais mínimos. Ainda, a presente pesquisa está dentro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU (2024) para a Agenda 2030, em especial a redução da pobreza, trabalho decente e crescimento econômico, e redução das desigualdades sociais (respectivamente ODSs 1, 8 e 10).

Dessa forma, este estudo tem como problema descobrir em que medida o neoliberalismo utiliza do discurso fatalista do mito da austeridade para impor a sua lógica. O objetivo desta investigação, portanto, é demonstrar a maneira como o neoliberalismo utiliza da austeridade para o controle do sujeito, oferecendo as políticas de austeridade baseadas em mitos de que é necessário um sacrifício coletivo em nome de um progresso econômico que nunca chega. O método de pesquisa utilizado é o hipotético-dedutivo, a fim de testar a hipótese de que a real necessidade de políticas de austeridade não passa de um discurso utilizado para o controle das classes pobres, a fim de manter a desigualdade social e a concentração de riquezas em benefício de um grupo de detentores do Poder Econômico. O método de abordagem é o bibliográfico, por meio da análise de obras, publicações em periódicos e reportagens jornalísticas vinculadas ao tema.

A primeira seção do artigo será dedicada ao estudo das origens do neoliberalismo e como aconteceu seu surgimento a partir das crises dos anos 70 do século 20 e sua relação controversa com o potencial da intervenção do Estado na economia.

Na segunda seção estudar-se-á a capacidade de o neoliberalismo moldar a política, a sociedade e o próprio sujeito, e como foi capaz de incluir o sofrimento no modo-de-ser contemporâneo dentro da nova razão do mundo, como proposto por Dardot e Laval (2016).

Por derradeiro, na terceira seção será analisada a austeridade e sua mitologia por intermédio da recente leitura proposta por Clara E. Mattei (2023) e a forma como ela é utilizada como discurso justificador do aprofundamento da precarização neoliberal.

Com efeito, a austeridade é mais uma arma do arsenal do neoliberalismo para a imposição de sua lógica autoritária, exploradora e precarizante, que dita o mundo contemporâneo.

## 2 AS RAÍZES DO PENSAMENTO NEOLIBERAL

O princípio do pensamento neoliberal encontra sua fonte, obviamente, no pensamento liberal, que marcou o mundo no período após as grandes navegações. A história do neoliberalismo, portanto, confunde-se com a própria história do capitalismo e do modelo de economia de mercado baseado no lucro.

Foucault (2008a, p. 179) afirma, inclusive, que o neoliberalismo, do ponto de vista econômico, não passa da repriminção de velhas teorias econômicas, como a da Lei da Say e uma remodelação do *laissez-faire*. O neoliberalismo conseguiu, no entanto, estender o potencial do liberalismo de moldar a sociedade e o próprio sujeito. Ao colocar o lucro como a razão de ser do mundo contemporâneo, o neoliberalismo foi capaz de ir muito além do que o liberalismo jamais imaginou ser possível.

O neoliberalismo foi inicialmente projetado no pensamento crítico liberal. Ocorreu a constatação de certa exaustão do pensamento liberal dito “clássico”, que não estava compreendendo o papel exato do Estado na economia e, posteriormente, um enfraquecimento dos ideais keynesianos, que regeram a primeira metade do século 20.

Utilizando como ponto de partida as lições de Merquior (2019, p. 78), o argumento central do liberalismo seria a limitação do poder estatal mediante a lei. O que se percebe no liberalismo é o triunfo da lei sobre o poder, ou seja, culminou do abandono de legitimidades outorgadas por seres divinos ou linha de sangue, para uma legitimidade oferecida pela lei. Então, essa é uma conclusão preliminar sobre o que pode se pensar sobre um fundamento jurídico-político do liberalismo.

Antes do advento das modificações impostas pelo liberalismo, a economia não era uma ciência autônoma, pois fazia parte da coroa. A economia, portanto, era um jogo de “soma zero”, em que para alguém ganhar outro devia perder. Assim, toda a ideia de economia centrava-se na monarquia, ou seja, na riqueza do Estado, que era centralizado na figura do Rei (Stewart Jr., 1995, p. 20).

Von Mises (2010, p. 77) defende que no pensamento liberal o papel do Estado é garantir as liberdades civis do indivíduo, entre elas liberdade de expressão e propriedade privada, além de garantias mínimas como saúde e segurança, para que o indivíduo possa prosperar. Dessa forma, o totem da Monarquia foi substituído pela lei como uma forma de esvaziar os poderes da Coroa e seu monopólio sobre a riqueza produzida.

Na realidade, porém, não é que a Coroa tenha abdicado de sua ingerência sobre a economia e a propriedade. O Poder político da época, mesmo em transição, procedeu pela distribuição desse Poder para nobres e aristocratas, de maneira a manter a dinâmica de dominação na época. Tanto isso é verdade que os três marcos temporais do liberalismo –

Revolução Gloriosa na Inglaterra, Revolução Francesa e Revolução Americana – não romperam com o colonialismo, tampouco com a escravidão e o modelo econômico de exploração da época. É nesse aspecto que Losurdo (2008, p. 44) apresenta uma crítica relevante à história do liberalismo, pois a nova forma de pensar o político conviveu premissas não liberais e não humanistas.

Com efeito, o modelo de racionalidade liberal sempre buscou meios de manter a dominação imprescindível à sustentação do modelo capitalista e à divisão do trabalho. Por um tempo, o regime de escravidão, centrado em grupos negros e outras minorias, foi o modelo adotado, mas, com o transcorrer dos anos, outras formas de sujeição foram sendo criadas, à medida que a sociedade evoluía e certos direitos sociais acabaram conquistados por grupos não pertencentes aos detentores de poder (Lucas; Oliveira; Santos, 2022, p. 5).

Para Losurdo (2008), as definições legais de propriedade e liberdade beneficiaram apenas um determinado grupo, que mantinha relações próximas com o antigo Poder político, representado pela Coroa. O processo “liberalizante” dos séculos 19 e 20 é tomado por pautas de reconhecimento (fim da segregação racial no EUA, movimentos pelo voto feminino e sufrágio universal, etc.) que aconteceram muito depois das revoluções ditas liberais do século 19. Então, nesse cenário, o liberalismo não representa que cada um faz somente o que quer, mas que ao Estado cabe proteger a liberdade e a propriedade, mesmo que isso não importe em redistribuição de riquezas.

A Grande Depressão de 1929 acabou pondo fim a vários mitos liberais e impôs diversas limitações à política monetária. A quebra da Bolsa de Valores de Nova York foi a epítome de uma febre especulativa que perdurou por seis anos, desde 1923, que fez quintuplicar a cotação média das ações industriais (Comparato, 2014, p. 241). John Maynard Keynes propôs uma revisão do regime capitalista que levou a uma releitura do liberalismo. Keynes visualizou que regimes autoritários e o próprio fascismo poderiam salvar a economia, sacrificando a democracia; logo, a única forma de salvar as liberdades era revigorando o capitalismo (Merquior, 1991, p. 174).

No centro da economia clássica estava a chamada Lei de *Say*, que afirmava que a simples oferta criava a sua própria demanda como um fenômeno natural. Em outras palavras: toda a riqueza produzida é gasta, e o dinheiro não gasto é poupado, não investido, uma vez que ninguém manteria dinheiro que não rendesse (Merquior, 1991, p. 176). Na realidade, ainda estava se tentando entender o caráter especulativo que o mercado poderia assumir.

Keynes demonstrou, então, que dinheiro guardado não seria uma simples moeda de troca, mas uma soma de valor para o futuro. Assim, deixar o dinheiro à taxa de poupança não é o mesmo que investimento, o que acarretaria em desemprego. Nesse sentido, propôs a socialização abrangente do investimento, em que o Estado controlasse os gastos e a demanda em vez de controlar a propriedade e a oferta. Isso seria salutar para aliviar as lutas de classe, posto que a demanda forte, conseqüentemente, levaria a um aumento do emprego e salários crescentes (Merquior, 1991, p. 176).

Para Wapshott (2016, p. 203), Keynes defendia que uma sociedade próspera era uma sociedade em que todos estariam empregados, a fim de manter sua independência, que seria fundamental para a participação política do indivíduo na democracia. Keynes jamais defendeu

uma intervenção direta do Estado na economia, mas a mão leve no leme para que ela fosse guiada.

Dessa maneira, Keynes demonstrou que a Grande Depressão não se explicaria em termos monetários, pois as forças de mercado (empresários, governo e consumidores) seriam os fatores determinantes da economia. A crise somente explicava-se pelo colapso no investimento privado, somado a uma situação de escassez de oportunidades de investimento ou de um excessivo espírito de economia pelo público (Nunes, 2003, p. 424).

Na realidade, percebeu-se um exaurimento da Lei de Say, e Keynes passou a questionar as economias que eram geridas pela lógica do lucro e não pela satisfação das necessidades. O mito do pleno emprego, baseado num equilíbrio da oferta e demanda, passou a ser desconstruído quando começou a se admitir que o desemprego involuntário faz parte da economia (Nunes, 2003, p. 424).

O grande trunfo de Keynes foi desconstruir um grande mito da economia liberal clássica, no sentido de que o desempregado está nessa situação por seu desejo. Ao cunhar o conceito de procura efetiva, Keynes observa a existência de um elemento externo que determina o emprego. Ademais, o economista esclareceu que o valor dos salários é fixado pelo volume de emprego e não o contrário (Nunes, 2003, p. 424).

Para combater as crises de desemprego e seus reflexos, Keynes passou a defender a intervenção estatal na economia no âmbito de coordenação e organização do mercado. O Estado vem a ser considerado um instrumento fundamental para a estabilização do mercado, promover o crescimento econômico e o desenvolvimento do pleno emprego. Além disso, o Estado assumiria o papel de propor políticas em benefícios aos mais pobres (Nunes, 2003, p. 425).

Keynes, na realidade, tenta desenvolver um conceito de um ponto de equilíbrio na intervenção na economia por um Estado forte, porém consciente, que não pode ditar o seu ritmo. Basicamente, pela importância da economia, essa não poderia ser deixada aos caprichos do lucro privado, porém, ao mesmo tempo, deve-se confiar no privado para o controle dos fluxos de capitais (Nunes, 2003, p. 425).

A partir do “Crack da Bolsa de Valores de 29”, ideias Keynesianas passaram a ser adotadas na Europa e Estados Unidos da América do Norte, levando aos “trinta anos gloriosos”, de 1945-1975, em que a economia mundial registrou um bom crescimento econômico, com baixas taxas de desemprego (Nunes, 2003, p. 426).

No plano das ideias, contudo, surgiu o embate sobre quais decisões o Estado deveria tomar de forma totalmente criteriosa e racional, e quais deveriam ser oriundas de mecanismos espontâneos e automáticos. Com efeito, essa é uma crítica ao modelo de forte intervenção econômica do Estado na economia, defendido pelo socialismo soviético. Basicamente, houve o questionamento da viabilidade dos cálculos aritméticos para a determinação do pensamento econômico, que deveriam ser levados em conta para compreender esse modelo (Von Mises, 2010).

O período entre 1929 e 1960 é de longa afirmação do *Welfare State* e do reconhecimento e estabelecimento dos direitos econômicos sociais. A partir das ideias de Keynes, o Estado manteve-se ativo na tutela do sujeito (Bedin, 1998, p. 62). Isso somente foi possível

porque o pacto político vigente na época, década de 1945 nos EUA, percebeu que essa política econômica permissiva aos interesses sociais serviria para a manutenção do capitalismo. Dessa forma, a participação do Estado na economia foi institucionalizada e passou a fazer parte do modelo de gestão econômico da época (Bedin, 1998, p. 64).

Com o transcorrer do tempo, esse modelo de grande intervenção estatal na economia, com a prioridade para os direitos sociais, começou a representar uma ameaça ao sistema capitalista. O modelo de mercado baseado na mercadoria estava em segundo plano, posto que houve o reconhecimento de que somente o Estado poderia garantir a concretização da justiça social, da distribuição mais justa da riqueza e o respeito à cidadania da classe trabalhadora (Bedin, 1998, p. 67). Acontece que isso começou a onerar em demasia o privado, que se via desprovido dos lucros pela forte intervenção estatal e pela ascensão de crises econômicas pelo mundo.

A partir dos anos 1960, entretanto, começou a registrar-se uma baixa rentabilidade das empresas, e os “Trinta Anos Gloriosos” iniciavam um processo de crise (Comparato, 2014, p. 250). Segundo Comparato (2014, p. 251), essa crise se deu por três causas:

- Primeiro – os trabalhadores organizaram-se em sindicatos, exigindo melhores salários e condições de trabalho, o que levou o mercado a reagir com as empresas adotando um modelo centralizado que ocasionou demissões em massa, bem como a fuga de grandes fábricas para países menos desenvolvidos, com os trabalhadores mais desorganizados e leis mais brandas.
- Segundo – os consumidores também se agremiaram e começaram a denunciar produtos e serviços fornecidos com baixa qualidade, além da crítica ao impacto ambiental de várias atividades comerciais. Surgiu uma demanda por maior responsabilidade ambiental e social das empresas (Comparato, 2014, p. 251).
- O terceiro fator, talvez o determinante, foi a crise do padrão ouro, no final dos anos 1960, em que os Estados Unidos da América do Norte, pela primeira vez desde 1935, registrou uma queda em seu excedente comercial. O padrão *Gold Exchange Standard* transformou o dólar na moeda internacional, que começou a ser utilizada no exterior para trocar por ouro, e as reservas do metal precioso foram drasticamente reduzidas nos EUA (Comparato, 2014, p. 251).

A crise dos anos 1970 foi muito grave. Um dos fatores que a tornou única na história econômica é o fato de que ela reconfigurou o modelo de produção econômico graças ao grande avanço da tecnologia e de microeletrônica. A crise também causou uma pesada crítica ao modelo keynesiano de Estado Social, e levou ao abandono de tudo o que foi construído em torno do *Welfare State* nas décadas anteriores (Bedin, 1998, p. 68).

O Estado Social, caracterizado como pesado, ineficiente e caro, virou presa fácil para um mercado sedento por aumentar os seus lucros. A crise causou, portanto, uma inversão de valores a serem buscados pela política econômica que, ao invés de sustentar o *Welfare State* e os direitos sociais, passou a priorizar a lucratividade do mercado, conduzindo a uma nova hegemonia política, econômica e social, que viria a ser chamada de neoliberalismo. Alguns autores até apostaram que a mão invisível do mercado garantiria a prosperidade a todos por intermédio da competição justa, porém essa realidade não se confirmou, ocasionando um

aumento da miséria e da desigualdade social nos principais centros do mundo desde os anos 1970 (Bedin, 1998, p. 69).

Essa sucessão de eventos foi acompanhada por novos aportes teóricos na economia, principalmente por F. A. Hayek, que começa a fazer uma grande crítica ao modelo “social liberal”. Hayek (2010, p. 42) faz sua crítica afirmando que o liberalismo admite mutações, como qualquer pensamento ideológico, e que os liberais primitivos erraram na insistência tão grande no *laissez-faire*. Ou seja, a ideia de liberdade total de negócios não seria suficiente porque se trataria de um liberalismo “negativo”, que apenas garantiria um espaço de progresso, mas não necessariamente o progresso em si (Hayek, 2010, p. 43).

Assim, segundo Bedin, Flores e Marcht (2023, p. 355), para Hayek a única forma de se garantir a liberdade é pelo fortalecimento da propriedade privada, ora significando mercado, só que não apenas no sentido de estrutura econômica, mas também como um princípio moral constitutivo de justiça. Hayek (2010), demonstra, assim, uma aversão ao Estado sobre o quanto pode mesmo contribuir para a justiça social nas sociedades democráticas, relegando a confiança, sobretudo, ao mercado (Bedin; Flores; Marcht, 2023, p. 355).

Para Hayek (2010, p. 193), foi a submissão às forças do mercado que trouxe o progresso à humanidade. Assim, ele fixa as bases do que viria a ser no futuro o pensamento neoliberal, em especial dois elementos: o individualismo e a concorrência entre as pessoas.

David Harvey (2008, p. 12), que traz uma perspectiva muito mais crítica ao neoliberalismo, afirma que é uma teoria das práticas econômicas que busca o bem-estar humano mediante a promoção da liberdade individual e das capacidades empreendedoras, por meio de uma estrutura institucional baseada em sólidos direitos de propriedade privada, livre-mercado e livre-comércio. O Estado interviria minimamente, somente o necessário, por exemplo, ditando a política monetária, mas deixaria a economia ao privado, pois esse teria a exata noção técnica para entender devidamente os sinais do mercado e prosperar.

Dessa maneira, o neoliberalismo foi capaz de remodelar o pensamento “liberal-social” que marcou o período anterior às crises dos anos 1970. Com a liberdade de concorrência e o estímulo à exploração de si mesmo, o neoliberalismo alterou o padrão econômico da sociedade, afastando o Estado de seu papel protetor do cidadão e colocando o mercado no centro.

Assim, ao contrário de o Estado e o mercado protegerem o sujeito individual, arremessaram-no a um modelo de economia de mercado baseado na busca incessante do lucro. Com isso, o neoliberalismo está mostrando-se capaz de remodelar, além da economia, o político, o social e o próprio sujeito, como será explorado na próxima seção.

### 3 O PORDER TRANSFORMADOR DO NEOLIBERALISMO NA CONTEMPORANEIDADE

O neoliberalismo é mais que uma doutrina econômica. Além de disciplinar o mercado, o neoliberalismo vem conseguindo remodelar a sociedade e o próprio sujeito. É ousado afirmar que o neoliberalismo representa uma ideologia, mas está impondo um novo modelo de racionalidade no mundo, como anunciaram Dardot e Laval (2016).

Segundo Foucault (2008a, p. 90), o liberalismo está inserido num mecanismo em que precisará a todo instante arbitrar a liberdade e segurança do indivíduo. Para o autor francês,

o neoliberalismo (forma remodelada de liberalismo) é uma arte de governar que não pode manipular os interesses sem ser, ao mesmo tempo, gestor de riscos e dos instrumentos de segurança/liberdade, em que se deve garantir que os indivíduos ou a coletividade fiquem o menos possível expostos aos perigos.

O neoliberalismo tenta compatibilizar a intervenção estatal na economia, com os princípios do *laissez-faire*, pois o problema do neoliberalismo é saber se é possível regulamentar o exercício global do poder político, sem desnaturar os princípios da economia de mercado, baseado na liberdade absoluta no campo econômico e liberdades relativas no campo político. Assim, não se trata do processo de preencher um espaço vazio, mas de criar uma nova arte de governar, numa velha economia de mercado (Foucault, 2008a, p. 181). Dessa forma, o neoliberalismo não vai se posicionar sob a égide do *laissez-faire*, mas sob a lógica da vigilância (Foucault, 2008a, p. 182). Isso leva à necessidade de se retomar alguns conceitos que Foucault desenvolveu em seminários anteriores ao “O Nascimento da Biopolítica”.

Foucault (1999, p. 289) afirma que a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens, enquanto esses podem ser considerados corpos individuais, que devem ser vigiados, treinados, usados e, se necessário, punidos. Santos e Wermuth (2016, p. 413) identificam, ao analisar as propostas de Foucault, que existe um poder disciplinar econômico que utiliza de instrumentos de controle sobre os corpos, em que primeiro é empregada uma técnica disciplinar, focada no indivíduo, produzindo efeitos individualizantes sobre o controle de corpo para torná-los úteis e dóceis ao mesmo tempo, e, em segundo, na sucessão, vem um conjunto de tecnologias focado no controle das massas por meio da manipulação de uma série de eventos fortuitos que possam ocorrer numa massa viva.

Foucault (2008a, p. 3) expõe um conceito complexo de “biopoder”, porquanto não se trata de centrar o exercício do poder em uma figura autoritária. O autor reconhece que o poder é relacional (2008a, p. 20), ou seja, decorre do tensionamento de relações. Por isso que, quando tenta conceituar o “biopoder”, o autor refere-se a um conjunto de fenômenos e mecanismos que constitui as características biológicas fundamentais do indivíduo, que vai poder ingressar numa política, numa estratégia geral de poder (Foucault, 2008a, p. 3).

Os processos biopolíticos dirigem-se a uma multiplicidade de pessoas, não como indivíduos atômicos, diferentemente do poder disciplinar, mas como uma massa global. Depois da tomada do poder sobre o corpo, ocorre outro processo de dominação, que incide sobre a massa e neutraliza os indivíduos (Foucault, 1999, p. 289). Ou seja, os indivíduos ainda estão presentes, ainda são considerados seres vivos, mas estão sob o estímulo e o controle, servindo ao neoliberalismo.

A biopolítica, nesse contexto em que usa do Estado como principal ferramenta de potência do poder, tem como fim o controle da natalidade, moralidade, morbidade, delinquência, educação, saúde, opinião e políticas sociais (Laval, 2020, p. 91). Por isso que governar por meio do Estado torna-se uma questão tão cara ao neoliberalismo, pois ele servirá de grande ferramenta de exercício de biopoder.

Foucault compreende, portanto, que o poder é exercido de forma difusa, por intermédio da “governamentalidade”, o que ele entende ser, na realidade, um conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análise e reflexões, os cálculos e as táticas de controle do sujeito. Todos seriam instrumentos de poder com alvo principal na população e na economia política.

Assim sendo, “governamentalidade” é uma tendência do Ocidente que não se contentou em manipular o indivíduo e passou a focar nas massas. Diante disso, a própria noção de governo foi extrapolada, de soberania e disciplina, para um desenvolvimento de toda uma série de aparelhos biopolíticos (Foucault, 2008b, p. 143-144).

Novamente Foucault (2008b) refere-se a um coletivo indefinível, descrito como um combinado de estratégias e instituições que pressionam a vida. Com efeito, de acordo com Costa (2017, p. 363), a governamentalidade está relacionada a novos “regimes de verdade”, à criação de novas condições ou modalidades que revelam possibilidades de “dizer a verdade” e “compreender a verdade”. Segundo Costa (2017, p. 363), a verdade é o centro do mercado na governamentalidade neoliberal, isto é, parte da premissa de que os indivíduos agem de forma egoísta, em busca apenas de seus interesses, e que o Estado deve deixá-los tão somente em paz. Isso transcende o liberalismo, pois não é apenas afastar o Estado da economia, mas defender a sobreposição da economia sobre o interesse público.

Por isso que a ideia de “governamentalidade” não é excluir o Estado da equação das relações de poder, mas permitir que o poder seja exercício de outras formas, além do Estado. O poder, então não deve ser visto como um instrumento negativo, de simples repressão, mas a partir de sua qualidade de criação (Almeida, 2012, p. 179). O poder consegue alcançar as camadas mais finas e íntimas do indivíduo e da sociedade, controlando o corpo pela estética, pela sexualidade por padrões morais e o aborto, o trabalho e a produção, dentre outros mecanismos (Almeida, 2012, p. 180).

Logo, a sociedade capitalista, baseada na troca, cede lugar a uma sociedade fundamentada na competição. A única função do Estado passa a ser garantir essa competição. Para Costa (2017, p. 363), a “mágica” neoliberal é exatamente essa forma de governar, sem transparecer que exerce o comando; assim, o governante não oprime ou reprime, necessariamente, mas ressignifica o espectro da liberdade pela imposição de um novo sistema que reorganiza as ordens do mercado.

A racionalidade neoliberal não mais reside na lógica da troca do valor real dos produtos fabricados, mas, sim, no melhor preço ao consumidor. Dessa forma, o Estado não é encorajado a manter um equilíbrio entre o econômico e o social, mas a assegurar que o mercado não sofra intervenções externas descontroladas, como de sindicatos ou de políticas monetárias que não servem ao lucro (Laval, 2020, p. 65).

O poder invisível exercido na sociedade neoliberal é tomado pelas grandes corporações financeiras e industriais que produzem subjetividade (Roque Junges, 2018, p. 173). Ocorre uma captura tecnológica e econômica da vida por parte de grandes conglomerados econômicos. O sistema adequa a subjetividade das pessoas aos seus desejos pela assunção de valores materiais que mantém o sistema (Roque Junges, 2018, p. 168). Assim, o mercado, além de produzir bens de consumo, produz subjetividade. Segundo Junges (2018, p. 168), “Trata-se de governança de subsunção da vida ao capital mediante sujeição social da subjetividade apropriada e da escravização simbólica da inteligência pela interiorização maquinal do sistema”.

A racionalidade neoliberal, portanto, propõe, na realidade, um esmagamento da subjetividade do indivíduo, que passa a ser servil à lógica do mercado e do lucro. O neoliberalismo baseia-se em uma dupla constatação de que o capitalismo deu vazão a um período de

revolução permanente na ordem econômica, mas que o ser humano não se adapta espontaneamente (Dardot; Laval, 2016).

Diante disso, a política neoliberal não molda somente a economia, ou os instrumentos de produção, mas o próprio indivíduo (Dardot; Laval, 2016.). Cada sujeito é levado a conceber-se como um capital que deve ser valorizado (estudos, poupança, casa própria, investimentos); tudo é voltado para transformar o homem em um bem que faz parte da engrenagem econômica (Dardot; Laval, 2016).

Nesse sentido, então, é que o sujeito produtivo é a grande obra da sociedade industrial, resultando inserido no seio da sociedade contemporânea mais digital, mais veloz e com um novo paradigma sobre o trabalho, no contexto de exploração do sujeito por si mesmo (Lucas; Oliveira; Santos, 2022, p. 15), numa forma de sujeição psicopolítica, conforme demonstrado por Byung-Chul Han (2018). Não apenas para aumentar a produção material, mas seria preciso que o sujeito se redefinisse como produtivo, estimulante da geração de riquezas, cujos limites são determinados somente pelas consequências de suas ações sobre a produção (Dardot; Laval, 2016).

O novo exercício do biopoder, portanto, não passa por controlar o indivíduo preso dentro de instituições, em um ambiente panóptico. Agora, a arte de governar almeja um ser cuja subjetividade deve ser inteiramente envolvida na sua atividade predefinida. A lógica da repressão é substituída pelo estímulo, devendo ser compreendido o desejo de que constitui o indivíduo e convencê-lo que ele está contribuindo com essa racionalidade dominante porque assim quer (Dardot; Laval, 2016).

A maneira como o trabalho apresenta-se atualmente, mais flexível, menos territorial, mais inventivo, ou seja, absolutamente contrário do trabalho monótono e degradante, é o terreno fértil dessa nova racionalidade do trabalho. Isso marca um paradoxo do neoliberalismo: o sujeito que aceita o sucesso no horizonte de desregulação e transforma sua subjetividade de acordo com as exigências do mercado, não percebe que essa flexibilização promove a perda da estabilidade necessária para a criação da própria subjetividade (Costa, 2017, p. 368).

O efeito procurado pela nova “fábrica”, na gestão do novo sujeito, é fazer com que o indivíduo trabalhe para o detentor dos meios de produção como se trabalhasse para si mesmo, para eliminar o sentimento de alienação. O sujeito neoliberal deve trabalhar para si mesmo como se esse desejo viesse de si próprio (Dardot; Laval, 2016); isso porque os dispositivos disciplinares buscam aumentar a produtividade dos corpos, tornando-os dóceis e subservientes. Segundo Byung-Chul Han (2018, p. 10), o sujeito do desempenho, que se julga livre, na realidade é um servo absoluto na medida em que, sem um senhor, explora voluntariamente a si mesmo e o mito do empreendedorismo ganha destaque.

Dardot e Laval (2016), então, vão definir a governamentalidade empresarial como relacionada a um conjunto que tira força de seu próprio caráter genérico, que permite descrever novas aspirações e conduta dos sujeitos e criar novos modelos de controle e influência que devem ser exercidos sobre ele. O Estado, por meio da empresa, empodera esse sujeito a partir de critérios econômicos de sucesso, e todos os objetivos desse indivíduo passam a satisfazer a lógica neoliberal centrada na empresa, que passa a ser o foco de autorrealização do sujeito.

O sujeito neoliberal, como empreendedor de si mesmo, é incapaz de se relacionar livre de qualquer propósito; não existe mais amizade desinteressada (Han, 2018, p. 11); tudo é o lucro. O neoliberalismo, como a evolução do capitalismo, torna o trabalhador empreendedor: “Hoje, cada um é um trabalhador que explora a si mesmo para a sua própria empresa. Cada um é senhor e servo em uma única pessoa. A luta de classes também se transforma em uma luta interior consigo mesmo” (Han, 2018, p. 14).

Dessa maneira, a lógica neoliberal manifesta-se como biopoder por meio de funções de administração e controle sobre os corpos, conduzindo a população para fins neoliberais. Ainda, o neoliberalismo promove a potencialização da tendência iniciada pela revolução tecnológica, que gerou a drástica perda de importância do trabalho na produção de mercadorias, que culmina na redução do peso político do trabalhador. A superação do capital, baseado no trabalho, pelo capital financeiro, que tornou mais rentável investir ao invés de produzir, serve a lógica neoliberal de esmagamento do sujeito que produz, e o grande opressor deixa de ser o detentor dos meios de produção e torna-se o detentor do capital para investimentos (Casara, 2017). A austeridade não deixa de ser uma forma de priorização do capital financeiro, como será explorado na próxima seção.

Com efeito, o neoliberalismo vive uma contradição, *a priori*, inconciliável, porquanto, em um plano teórico, prega uma fobia do Estado, voltando praticamente às raízes do pensamento liberal, ao mesmo tempo em que se apropria de instituições estatais para impor a sua ordem (Laval, 2020, p. 127). A saída disso é que o neoliberalismo assumiu o papel de remodelador do Estado e do próprio sujeito.

Não somente de remodelar o Estado, porém, o neoliberalismo faz uso. O próprio sujeito é remodelado para se adequar à lógica de mercado, passando a ver-se como um ativo, um empreendedor, e não um sujeito (Han, 2018, p. 14). O neoliberalismo restringe as opções do indivíduo às ofertas disponíveis (Han, 2018, p. 27). Por isso é tão importante agredir o trabalho; o empreendedorismo tem de ser mais sedutor que o vínculo empregatício, em uma ofensiva neoliberal contra o trabalho assalariado, criando uma massa de trabalhadores precarizados, isto é, desprovidos de muitas garantias, como empregados de aplicativos, pessoas com vínculos de autônomo e outros modelos contemporâneos de trabalho (Dardot *et al.*, 2021, p. 237).

O neoliberalismo, diante de algumas experiências brutais que causou, percebeu que o poder que representa a violência não é o poder máximo, pois em algum momento ele vai encontrar resistência e sofrer danos. O poder realmente poderoso é o que não está em evidência, é sutil (Han, 2018, p. 25).

Então, se a sociedade disciplinar usava da biopolítica para o controle dos corpos, o neoliberalismo vem abandonando essa forma tão rústica de poder. O novo modelo de dominação descobre a psique como força produtiva, inovando a biopolítica com a psicopolítica e a otimização mental (Han, 2018, p. 40). No caso, a psicopolítica da dominação neoliberal é uma técnica de estabilização do sistema dominante por meio de controles psicológicos (Han, 2018, p. 107). A forma como isso se sobressai é pelo consumo, ditando tendências de moda e controlando o que é visto nas redes sociais.

A concepção de sujeito neoliberal não possui uma narrativa linear, mas é contraditória, inflexiva e ambivalente. Com efeito, o neoliberalismo impõe uma lógica em que o sujeito neoli-

beral busca a satisfação de certos desejos pelo consumo, porém essa lógica sempre milita em favor do mercado. Assim, os mecanismos de dominação tornam-se extremamente sutis e sofisticados. Sob a égide do neoliberalismo, a coerção é internalizada de maneira que os sujeitos se autorreificam como mercadoria, com um valor atribuível (Franco *et al.*, 2021, p. 41).

O neoliberalismo é uma forma tão profunda de intervenção social que altera as dimensões produtoras de conflito. O Estado acaba por intervir para despolitizar a sociedade, eliminando instâncias que possam gerar ideias que prejudiquem a economia. Ele deve impedir, especialmente, núcleos em que podem surgir debates que questionem a própria configuração da gramática social; por isso o ataque intenso à sociedade civil organizada, em especial aos sindicatos (Safatle, 2021, p. 18).

Com a racionalidade neoliberal impondo-se com cada vez mais força, o sujeito é reformulado como uma partícula do capital. Assim, o indivíduo deixa de ser uma instância de autossatisfação para servir ao mercado. Ele passa não somente a ser governado pela lógica empresarial, mas a ser a própria empresa (Brown, 2016, p. 7). Há uma generalização da forma-empresa que não é um simples modelo econômico, mas uma instância de violência. Isso porque a forma-empresa é a modalidade de violência na forma da concorrência (aqui voltando a Hayek), pois a competição comercial não é nada fácil e baseada em exploração, corrupção, suborno e cartel (Safatle, 2021, p. 25).

O neoliberalismo, portanto, não é uma simples teoria econômica que representou a financeirização do mercado e o renascimento do capitalismo de exploração, em que o valor da marca supera a importância da produção. Da mesma forma, não é a simples valorização do consumo que o define. O neoliberalismo incluiu o sofrimento dentro do processo de produção, por isso que o indivíduo não percebe que o empreendedorismo é um abandono do Estado, e que jornadas de trabalho exaustivas para o seu próprio negócio não são saudáveis (Dunker, 2021, p. 173).

Dessa maneira, o neoliberalismo fomenta e estimula formas de precarização do trabalho, tratando-as como meritórias do empreendedor explorador de si mesmo. Assim, o sujeito se vê inserido na lógica neoliberal por meio do sacrifício pessoal, sem saber que está abdicando da proteção estatal ao trabalho.

Ao incluir o sofrimento nos processos da economia do mercado, o neoliberalismo foi capaz de normalizar o sacrifício coletivo em nome do bem-comum. É dessa banalização do martírio do sujeito que o neoliberalismo conseguiu coletivizar os danos por eles causados e convencer a população de que a redução de direitos e garantias sociais é necessária em prol do desenvolvimento econômico. Isso é o que se pode chamar de austeridade, cuja compreensão será objeto da próxima seção.

#### 4 O “MITO” DA AUSTERIDADE COMO FORMA DE PRECARIZAÇÃO NEOLIBERAL

Como dito nas seções anteriores, o neoliberalismo utiliza de muitas práticas para impor a sua lógica. Em vista do fato de que a intenção da razão neoliberal é o controle do político, do social e do próprio sujeito, as ferramentas que o neoliberalismo lança mão não encontram limites. Isso posto, um dos mecanismos do controle político e social que serve à lógica neoliberal é o mito da austeridade.

Assim sendo, surgem novas formas de “governamentalidade”, muito diferentes dos dispositivos fordistas das fábricas. Com o dinheiro sendo a razão de ser do modelo neoliberal, atitudes que imponham a restrição aos gastos públicos e sociais, ocasionando o aumento da lucratividade das grandes corporações, torna-se o grande objetivo do mercado e da própria política. O neoliberalismo propõe a mercantilização de todas as esferas da vida, almejando aumentar a lucratividade do setor privado, que passa a obter o controle do político para que o público trabalhe para a busca da máxima eficiência do mercado.

Para Blyth (2017), a austeridade pode ser definida como uma forma de ajuste da economia por intermédio da deflação voluntária, em que se reduzem os salários, preços e a despesa pública para aumentar a competitividade de determinado mercado e reduzir o gasto estatal. Economistas defendem essa prática sob o argumento de que isso trará a confiança dos empresários e, junto, o desenvolvimento econômico.

É importante mencionar que a austeridade não é uma criação neoliberal, mas algo que vem junto com o próprio capitalismo no modelo contemporâneo (Mattei, 2023, p. 19). Com efeito, como mencionado na seção anterior, o neoliberalismo depende de crises do capitalismo para impor a sua lógica, e a austeridade é algo tão antigo quanto as crises do capital.

Clara Mattei (2023), em obra recente sobre o tema austeridade, afirma que o capitalismo e seus técnicos asseguram a acumulação de capital (lucro infinito) mediante políticas que garantam o comportamento adequado da população. Nessa direção, existem três formas políticas de austeridade:

- A primeira é a forma de austeridade fiscal, a mais comum para o controle da inflação. Trata-se da redução do gasto público com cortes orçamentários e tributação regressiva (maior carga tributária para quem tem menos). Esse modelo de austeridade permite a transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos, e acaba refletindo no controle da inflação de duas formas: a redução da dívida pública, que diminui a liquidez da economia; e a redução da demanda agregada, pois, tendo em vista que a população tem menos recursos, e com o próprio Estado investindo menos, os preços se mantêm mais estáveis, equilibrando a oferta e demanda (Mattei, 2023, p. 190).
- A segunda política de austeridade é a monetária. Basicamente pelo controle da taxa de juros os governos têm o potencial de tornar os empréstimos “mais caros”, dificultando a circulação de riquezas e abertura de crédito para novos investimentos (Mattei, 2023, p. 190).
- A terceira política de austeridade é na sua forma industrial. Por meio de mecanismos do controle do trabalho, em nome da manutenção do pleno emprego, o Poder Político pode promover reformas em busca da redução de direitos trabalhistas, a fim de baixar os custos de produção, em especial a despesa com mão de obra. Custos mínimos de produção representam margens de lucros mais altas e mais competitividade internacional, o que é essencial em um mundo altamente globalizado (Mattei, 2023, p. 191).

Esses ajustes são utilizados pelo neoliberalismo sob o argumento de que eles são capazes de conduzir ao crescimento econômico, porém sob o ângulo da lucratividade do mercado. A

consequência disso é que o lucro do mercado sobrepõe o desenvolvimento social e a garantia e institucionalização de direitos humanos (Bandeira; Diniz, 2020, p. 160). Na maioria das vezes a austeridade é oferecida ao público como um sacrifício necessário em nome do bem comum.

A institucionalização de regras de austeridade acaba protegendo as elites, porque essas adotam o discurso de que os cortes de gastos são essenciais para melhorar a situação de todos, não somente dos detentores do Poder Econômico. Assim, adotam um discurso fatalista de que não há alternativa (*Tina – there is no alternative*) senão aceitar que certos direitos serão tolhidos em nome do sucesso econômico, que nunca vem (Allen, 2017, p. 54).

Dessa maneira, o Estado consegue convencer o cidadão a aceitar cortes drásticos em serviços sociais, tornando o indivíduo responsável pela sua própria proteção ao invés de o público assumir esse papel. No modelo neoliberal de Estado, em que ele assume a forma-empresa, é normal que cortes sejam necessários, mesmo que isso custe direitos sociais (Gervasoni; Linhares, 2021, p. 165).

Dessa simbiose entre neoliberalismo e austeridade vem a consequência do desinteresse estatal pelos direitos humanos e sociais. Cabe observar, inclusive, que o neoliberalismo sobrevive de um paradoxo: de um lado, explora ao máximo as pessoas, tornando-as empresárias de si mesmas; contudo, por outro lado, expurga os direitos sociais, deixando essas pessoas em condições extremamente precárias e vulneráveis. Tais processos se dão mediante reformas e cortes orçamentários (Gervasoni; Linhares, 2021, p. 165).

O Brasil passou por alguns processos de reformas neoliberalizantes austeras nos últimos anos. Uma das medidas que merece destaque é a Emenda Constitucional 95/2016 (Brasil, 2016), chamada de “PEC do teto de gastos”, em que as despesas primárias do governo federal foram congeladas por 20 anos (podendo ser revisada em 10 anos). Assim, instaurou-se no Brasil um modelo de “austeridade permanente”, em que os recursos públicos, para garantir direitos sociais como saúde e educação, são reduzidos anualmente, posto que o teto de gastos fica limitado ao montante do ano anterior, acrescido da inflação acumulada nos últimos 12 meses (Gervasoni; Linhares, 2022, p. 486).

Gervasoni e Linhares (2022) demonstram como o mercado reagiu bem a essa PEC, expondo como o índice Ibovespa registrava oscilações para cima cada vez que a PEC se aproximava da aprovação. A PEC, todavia, foi restrita à limitação dos gastos sociais e não interferiu em outros gastos financeiros, demonstrando que essa emenda à Constituição foi feita pelo e para o mercado (Gervasoni; Linhares, 2022, p. 505).

Outro exemplo de vilipêndio a direitos sociais, em nome da saúde econômica do Brasil, foi a reforma da Previdência, inserida por meio da Emenda Constitucional n. 103/2019 (Brasil, 2019). Com ela as regras para a aposentadoria e pensões foram restringidas ao extremo, dificultando muito o amparo de pessoas impossibilitadas de trabalhar. A reforma da Previdência foi aprovada sob os mesmos discursos de que haveria um esgotamento do Estado, e que se não ocorresse uma cooperação de toda a população, seria pior – não haveria alternativa (Gervasoni; Linhares, 2021, p. 167).

Outra reforma que ganha destaque e também foi produzida durante o governo Michel Temer, após o *impeachment* da Presidenta Dilma, foi a reforma trabalhista (Saad Filho, 2018, p. 239). Essa reforma neoliberal atacou frontalmente a capacidade de organização dos traba-

lhadores, seja pela promoção da descrença na associação sindical, seja pela própria fragmentação do modelo de produção internacionalizado, que dificulta qualquer tentativa de reforma das agremiações (Carneiro; Gambi, 2018, p. 81).

A Lei 13.467/2017 (Brasil, 2017) promoveu profundas alterações na CLT, com o Decreto-Lei 5.452/1943, com novas disciplinas para certas relações empregatícias, fragilização de instrumentos processuais na Justiça do Trabalho e obstaculização de instrumentos de negociação coletiva, ao mesmo tempo com a tentativa de priorizar o acordado sobre o legislado (Mathiasi; Pimentel, 2019, p. 77).

Observa-se, portanto, que entre 2016 e 2019 o Brasil adotou os três modelos de austeridade expostos por Mattei (2023): a austeridade fiscal foi imposta pela PEC do teto de gastos, que restringiu os investimentos em setores sociais, criando um modelo de congelamento de despesas públicas por 20 anos; a austeridade monetária deu-se pelo ajuste da reforma da previdência, que adequou a despesa pública e o fluxo de dinheiro para pessoas que tinham e têm a expectativa de um dia se aposentar. É importante mencionar que o ajuste da Previdência é uma medida puramente de mercado, posto que ele trabalha com expectativas e previsões futuras, e a Previdência é exatamente isso, um seguro para o momento após o cidadão não poder mais trabalhar; e, por derradeiro, a austeridade industrial foi estabelecida via reforma trabalhista, em que direitos do trabalhador foram restringidos, em nome da maior lucratividade e competitividade nacional. Inclusive chama a atenção o fato de que houve um forte apoio midiático no sentido de que a reforma era necessária e geraria mais empregos (Martello, 2017).

Na realidade, segundo Clara Mattei (2023, p. 192), o grande objetivo das políticas de austeridade é a subjugação da classe trabalhadora. Com a austeridade o Estado é capaz de retirar de si a responsabilidade por proteger o cidadão, coletivizando e privatizando os riscos da atividade econômica. Dessa forma, o Estado transfere o risco do mercado para o cidadão de duas formas: primeiro, retirando de si a obrigação de proteção do sujeito, afirmando que não tem alternativa, a não ser excluir direitos sociais para manter a economia crescente; segundo, ao reduzir gastos públicos, controlar a inflação e diminuir custos para a indústria, protege as grandes corporações, garantindo que as elites mantenham sua posição de poder.

O neoliberalismo usa de uma propaganda baseada na hegemonia corporativa que cria uma narrativa de setor público contra setor privado, em que o primeiro seria totalmente ineficiente para qualquer prática e o segundo seria a grande solução para todos os problemas sociais. Essa narrativa fortalece o individualismo e a ideologia do *selfmade man*, o homem que construiu a si mesmo. Essa retórica busca defender a socialização das perdas e a privatização dos ganhos, omitindo que o progresso econômico e tecnológico, muitas vezes, decorre do investimento público, a fim de endeusar o mercado (Azevedo; Castelli, 2023, p. 893).

Dessa maneira, a austeridade fiscal exsurge de um cenário de crise do capitalismo. Quando se encontra diante de uma desaceleração econômica, crise e aumento da dívida pública, não haveria alternativa a não ser aderir a um conjunto de práticas de austeridade. O discurso, que busca legitimar essas atitudes, na realidade é baseado em três mitos autorizadores da austeridade fiscal: a) o gasto público é sempre ruim e ineficiente; b) a austeridade fiscal expansionista; e c) a falácia da composição (Azevedo; Castelli, 2023, p. 895).

Esses mitos autorizadores centram-se em duas premissas básicas: emulação e determinação de bodes expiatórios. Isso porque os mitos criam uma falsa impressão de que as grandes corporações estão efetivamente preocupadas com o progresso social e econômico, escondendo os reais valores do mercado baseados no lucro. Afora isso, os mitos por detrás da austeridade permitem a definição de inimigos do progresso, criando um cenário de rivalidade que contamina todo o tecido social (Azevedo; Castelli, 2023, p. 895).

O primeiro mito, da baixa qualidade do gasto público, é um claro ataque ao Estado e ao público. O neoliberalismo pega carona da austeridade para demonizar o público e divinizar o privado. Assim, o primeiro mito é utilizado para justificar o enxugamento de gastos públicos, bem como para trazer a lógica empresarial (melhor, pois busca somente o lucro) para dentro do Estado (ineficiente, que acaba prejudicando o desenvolvimento econômico, quando se preocupa com o social) (Azevedo; Castello, 2023, p. 896).

Ao demonizar o Estado a austeridade consegue criar elementos justificadores para diminuir o público, entrando em cena o segundo mito – o da austeridade expansionista. Diante da ineficiência estatal, portanto, não basta apenas reduzir os gastos sociais e priorizar medidas que satisfaçam o mercado; é preciso deliberadamente diminuir o Estado mediante a privatização do máximo de serviços públicos, a fim de dar vazão à austeridade extrema (Azevedo; Castelli, 2023, p. 902).

Por derradeiro, o terceiro mito da falácia da composição é a mentira de que as empresas, ou a lógica empresarial, são muito mais eficientes que o Estado e o Poder Público. Com efeito, esse discurso apenas serve de reforço para práticas individualistas de submissão do sujeito à lógica neoliberal (Azevedo; Castelli, 2023, p. 904).

Os mitos são estabelecidos por técnicos que são elevados a detentores da verdade absoluta e inevitável. Surge, assim, uma narrativa de que as ciências econômicas estão além da capacidade de compreensão da sociedade, devendo prevalecer a posição dos economistas e demais propagadores do saber (Clark; Gomes, 2021, p. 230).

Dessa forma, os economistas desenvolvem uma espécie de “tecnocracia”, cujo maior objetivo é defender o capitalismo de seus “inimigos”, impondo-lhes a culpa pela necessidade de trabalhar duro, recebendo menos e reduzindo o consumo (Mattei, 2023, p. 196). Surpreendentemente os economistas foram alçados a grandes intelectuais, que passaram a fazer parte dos governos, como ministros de Estado (Mattei, 2023, p. 201) (a pasta da economia é sempre protegida, no sentido de que a indicação não deve ser técnica, mas política).

Com a inserção das ciências econômicas dentro da política estatal, assumindo o papel neutro de uma ciência matemática e sem preconceitos, os economistas conseguiram colocar o Estado a serviço do mercado, atendendo a principal razão neoliberal: o lucro. Por isso o neoliberalismo é um modo de ser que mantém uma relação paradoxal com o Estado: ao mesmo tempo em que o demoniza, precisa de sua superestrutura política para aplicar a sua lógica na população (Mattei, 2023, p. 212).

Segundo Lazzarato (2017, p. 94), o capitalismo não consegue organizar a sociedade, pois falta-lhe a capacidade de construção de uma unidade comunitária, tendo em vista que seu modelo baseado em concorrência, divisão de classes e apropriação privada, não é apto

para a unificação da sociedade. Assim, o neoliberalismo depende da soberania política do Estado para a formação de uma nação e um povo.

Dessa forma, o capitalismo molda a divisão de classe como uma forma de controle subjetivo do sujeito, no sentido de um modelo de governamentalidade que seja capaz de compor essas heterogeneidades que moldam uma sociedade (Lazzarato, 2017, p. 95). O neoliberalismo levará seu potencial de criação de realidade ao extremo, utilizando da lógica da empresa (vetor da austeridade) para moldar todas as relações sociais por meio da força política inigualável do Estado, que está sob o controle do mercado (Lazzarato, 2017, p. 103).

Nesse sentido, Mattei (2023, p. 229) afirma que o maior esforço da construção de consenso e coerção em torno da austeridade era eliminar a consciência de classe. Ao tornar todos empreendedores de si mesmos, a classe trabalhadora foi convencida sobre a melhor solução para as crises econômicas: aumentar o capital privado e normalizar as relações assalariadas. Desse modo, a austeridade foi uma forma de encurralar os trabalhadores no sentido de que para sair da crise não haveria alternativa senão render-se à austeridade.

A austeridade, portanto, é alçada a um modelo de controle da sociedade e do sujeito (Mattei, 2023, p. 392). A mitologia por trás das políticas de redução do gasto público, controle monetário e precarização do trabalho, servem para criar a fantasia que embasa o discurso fatalista de que não existe outra opção a não ser a austeridade. Na realidade, a tecnocracia é utilizada para enganar a população que acaba dando o consentimento às medidas de austeridade como um sacrifício necessário.

Assim sendo, é preciso que se questione as ciências econômicas da real necessidade e benefícios do modelo de austeridade neoliberal. Isso porque as regras estabelecidas pelos detentores do Poder Político, que não raras vezes se confunde com os detentores do Poder Econômico, não encontram legitimidade nos interesses do povo, que deseja um Estado que garanta os direitos humanos e sociais mínimos (Clark; Gomes, 2021, p. 231).

Nesse sentido, o grande mito da austeridade está escondido por trás da falácia da expressão de que não há alternativa. Acontece que o que se está presenciando no mundo, em relação ao aumento da desigualdade social e da precarização do trabalho, não pode ser a única alternativa existente, sendo imprescindível a busca por soluções para a crise sem fim do neoliberalismo.

## 5 CONCLUSÃO

A austeridade é mais uma arma no arsenal neoliberal para imposição de sua lógica baseada tão somente no lucro. Os mitos da austeridade nunca foram confirmados, com o principal deles jamais acontecendo: que o sacrifício coletivo levaria ao desenvolvimento econômico. O que se presencia na contemporaneidade é uma concentração cada vez maior da riqueza e o aumento do abismo da desigualdade social.

A imprescindibilidade da austeridade expõe-se como uma grande mentira contemporânea, utilizada pela razão neoliberal na forma de um discurso justificador de redução de gasto público, restrição de crédito e precarização do trabalho. Na realidade, a austeridade inclui-se no neoliberalismo como mais uma ferramenta do discurso de autoritarismo financeiro que rege o modelo neoliberal contemporâneo.

Isso é facilmente constatável, porque na pauta central do neoliberalismo nunca estão os direitos humanos. Em todos os pacotes de restrição de gastos, os principais setores que sofrem com cortes de investimentos sempre são os atrelados à preservação de direitos sociais mínimos, como educação, saúde, segurança pública e garantias de direitos trabalhistas.

A austeridade, nesse sentido, ainda tem o potencial de ser facilmente “vendida” à população; isso porque a mentalidade do empreendedorismo, em que o trabalhador é transformado em um explorador de si mesmo, torna lógico que haja sacrifícios individuais em nome de um crescimento coletivo. O crescimento econômico, todavia, não alcança o sujeito individualmente concebido, mas somente os detentores do Poder Econômico, que, via de regra, são os grandes patrocinadores das políticas de austeridade.

O discurso de que não há alternativa, senão a austeridade, é uma forma de violência contemporânea que é utilizada para coagir as massas mais pobres a aceitar a restrição de seus direitos. Por isso a necessidade da perspectiva crítica, ora proposta, no sentido de que a austeridade não passa de um mito neoliberal, que precisa ser derrubado em busca de uma sociedade alternativa, com direitos humanos e sociais mínimos devidamente assegurados, bem como com menos desigualdade social.

Por trás da austeridade e de seus mitos, portanto, encontra-se a verdadeira face dessa prática nefasta no neoliberalismo: a redução dos direitos humanos e fundamentais por meio da restrição do investimento público em áreas de interesse social, em busca do lucro máximo do mercado.

## 6 REFERÊNCIAS

- ALLEN, Kieran. The ideological project of austerity experts. In: HEFFERNAN, Emma. MCHALE, John. MOORE-CHERRY, Niamh. *Debating Austerity in Ireland: crisis, experience and recovery*. Dublin: Royal Irish Academy, 2017.
- ALMEIDA, Brena Costa de. Poder e verdade a partir de Michel Foucault. In: *Ítaca*, v. 0, n. 21, p. 175-196, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/240>. Acesso em: 28 dez. 2022.
- AZEVEDO, Laís Fernanda de; CASTELLI, Jonattan Rodriguez. Desautorizando a mitologia da austeridade fiscal. In: *Revista de Economia*, v. 44, n. 85, p. 886-914, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/87394>. Acesso em: 9 maio 2024.
- BANDEIRA, Pablo Sthefano Roque de Souza; DINIZ, Diana Melissa Ferreira Alves. Neoliberalismo e austeridade econômica enquanto fatores condicionantes para a desigualdade no Brasil. In: *Revista Estudantil Manus Iuris*, v. 1, n. 2, p. 152-168, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/rmi/article/view/9813>. Acesso em: 9 maio 2024.
- BEDIN, Gilmar Antônio. Estado, cidadania e neoliberalismo: algumas reflexões sobre a (re) mercadorização das atuais sociedades capitalistas. In: *Revista Direito em Debate*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 11, n. 11, p. 55-72, 1998.
- BEDIN, Gilmar Antônio; FLORES, Luis Gustavo Gomes; MARCHT, Laura Mallmann. A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do *homo politicus*: uma análise a partir da obra de Wendy Brown. In: *Prisma Jurídico*, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 349-366, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/prisma/article/view/23878>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- BLYTH, Mark. *Austeridade: a história de uma ideia perigosa*. Tradução Freitas e Silva. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- BRASIL. *Emenda Constitucional n. 95*, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, publicado no DOU em 15 dez. 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm).

- BRASIL. *Emenda Constitucional nº 103*, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília: Congresso Nacional, publicada no DOU em 13 nov. 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm).
- BRASIL. *Lei nº 13.467*, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília: Congresso Nacional, publicado no DOU em 14 jul. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm).
- BROWN, Wendy. Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. In: *Coleção Pequena Biblioteca de Ensaios*. Tradução Julian Bianchi Leão. Rio de Janeiro: Editora Zazie Edições, 2016.
- CARNEIRO, André Pereira; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Neoliberalismo, desigualdade e democracia: discussão fundamentada nos conselhos econômicos e sociais. In: *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 23, n. 74, p. 69-88, jan./abr. 2018. Disponível em: [https://redib.org/Record/oai\\_articulo1505934-neoliberalismo-de-sigualdade-e-democracia-discuss%C3%A3o-fundamentada-nos-conselhos-econ%C3%B4micos-e-sociais](https://redib.org/Record/oai_articulo1505934-neoliberalismo-de-sigualdade-e-democracia-discuss%C3%A3o-fundamentada-nos-conselhos-econ%C3%B4micos-e-sociais). Acesso em: 11 set. 2022.
- CASARA, Rubens R. R. *O estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CLARK, Giovani; GOMES, Ana Maria Isar dos Santos. Neoliberalismo de austeridade, performance e dissenso. In: *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, Curitiba, v. 26, n. 1, p. 211-237, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/1604>. Acesso em: 11 maio 2024.
- COMPARATO, Fábio Konder. *A civilização capitalista: para compreender o mundo em que vivemos*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Saraiva, 2014.
- COSTA, Marta Nunes da. (Des)Construindo o sujeito neoliberal a partir de Foucault. In: *Veritas*, Porto Alegre, v. 62, n. 2, p. 354-376, 2017. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2017.2.27378>. Acesso em: 11 abr. 2022.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARDOT, Pierre *et al.* *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. Tradução Márcia Pereira da Cunha. São Paulo: Elefante, 2021.
- DUNKER, Christian. A hipótese depressiva. In: DUNKER, Christian; SAFATLE, Valdimir; SILVA JR., Nelson da (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. São Paulo: Editora Autêntica, 2021.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FRANCO, Fábio *et al.* O sujeito e a ordem do mercado: gênese do neoliberalismo. In: DUNKER, Christian; SAFATLE, Valdimir; SILVA JR., Nelson da (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. São Paulo: Editora Autêntica, 2021.
- GERVASONI, Tássia Aparecida; LINHARES, Rafaela Rovani de. Neoliberalismo, austeridade e o desmantelamento dos direitos sociais: uma análise na perspectiva sobre a reforma da previdência. In: *Revista Meritum*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 157-173, 2021. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/8334>. Acesso em: 10 maio 2024.
- GERVASONI, Tássia Aparecida; LINHARES, Rafaela Rovani de. Neoliberalismo e austeridade: investigando padrões de “Reações de Mercado” com relação ao trâmite da EC 95/2016. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 125, p. 469-513, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/901>. Acesso em: 10 maio 2024.
- HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica – o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. 1. ed. Tradução Maurício Liesen. Belo Horizonte: Ayine, 2018.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HAYEK, Friedrich August Von. *O caminho da servidão*. Tradução Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.
- LAVAL, Cristian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. Tradução Márcia Pereira Cunha e Nilton Ken Ota. São Paulo: Elefante, 2020.

- LAZZARATO, Maurizio. *O governo do homem endividado*. Tradução Daniel P. P. da Costa. São Paulo: N-1 Edições, 2017.
- LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. Tradução Giovanni Semeraro. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.
- LUCAS, Douglas Cesar; OLIVEIRA, Fernando Antônio Sodré; SANTOS, André Leonardo Copetti. Racismo e neoliberalismo como elementos subjetivos e estruturantes: da dominação colonial em Frantz Fanon à psicopolítica de Byung-Chul Han. In: *Revista Direitos Humanos e Democracia*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 10, n. 19, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/1334>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- MATHIASI, Fernanda Barcellos; PIMENTEL, Thiago Duarte. El neoliberalismo en el mundo y la precarización del trabajo: un estudio histórico comparado en Alemania, España, Reino Unido, Italia, Brasil y México. In: *Revista Teoría Jurídica Contemporánea*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 34-61, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur/article/view/24697>. Acesso em: 11 set. 2022.
- MATTEI, Clara E. *A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo*. Tradução Heci Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.
- MARTELLO, Alexandre. Nova lei trabalhista deve gerar mais de 6 milhões de empregos, diz Meirelles. In: *Portal de Notícias G1 (on-line)*. Publicado em 30 out. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/nova-lei-trabalhista-vai-gerar-mais-de-6-milhoes-de-empregos-diz-meirelles.ghtml>. Acesso em: 11 maio 2024.
- MERQUIOR, José Guilherme. *Liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O argumento liberal*. 1. ed. São Paulo: É Realizações, 2019.
- NUNES, Antônio José Avelã. Neoliberalismo e direitos humanos. In: *Revista da Faculdade de Direito*, v. 98, p. 423-462, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67596>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- ONU. Organização das Nações Unidas. *Agenda 2030: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 14 out. 2024.
- ROQUE JUNGES, José. O nascimento da bioética e a constituição do biopoder. *Acta Bioeth.* [on-line], Santiago, Chile, v. 17, n. 2, p. 171-178, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S1726-569X2011000200003>. Acesso em 28 dez. 2022
- ROQUE JUNGES, José. Biopolítica como teorema da bioética. *Rev. Bioét.* [on-line], Brasília, v. 26, n. 2, p. 163-171, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-80422018262236>. Acesso em: 28 dez. 2022.
- SAAD FILHO, Alfredo. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: DUNKER, Christian; SAFATLE, Valdimir; SILVA JR., Nelson da (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. São Paulo: Editora Autêntica, 2021.
- SANTOS, André Leonardo Copetti; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. Michel Foucault e a arqueologia/genealogia do poder: da sociedade disciplinar à biopolítica. In: *Revista Quaestio Iuris*, Rio de Janeiro: Uerj, v. 9, n. 1, p. 405-424, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/17727>. Acesso em: 1º nov. 2023.
- STEWART JR., Donald. *O que é o liberalismo*. 5. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.
- VON MISES, Ludwig. *Liberalismo – segundo a tradição clássica*. Tradução Haydn Coutinho Pimenta. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.
- WAPSHOTT, Nicholas. *Keynes x Hayek: a origem e a herança do maior duelo econômico da história*. Tradução Ana Maria Mandim. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

#### **Autor Correspondente**

Marcelo Gonçalves

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direitos Humanos

Rua do Comércio, nº 3000 – Bairro Universitário – CEP 98700-000. Ijuí/RS, Brasil.

[marcelogon.adv@gmail.com](mailto:marcelogon.adv@gmail.com)

A revisão de português deste artigo foi realizada com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da Chamada Pública nº 30/2023 – Programa Editorial – Processo 401194/2024-8.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença Creative Commons.

